

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: organizações, inovações e sustentabilidade / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-556-3

DOI 10.22533/at.ed.563201711

1. Ciências Sociais. 2. Organizações. 3. Inovações. 4. Sustentabilidade. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Organizações, inovações e sustentabilidade”, são ao todo trinta e seis artigos dispostos em dois volumes.

As pesquisas apresentadas congregam esforços de análises e reflexões relevantes sobre a sociedade contemporânea, especialmente no que se refere as relações conflituosas entre inovação e sustentabilidade e a busca de estratégias para resolução destes conflitos.

Os artigos que compõem o volume 1 possibilitam ao leitor o acesso pesquisas relacionadas às políticas públicas, relações políticas, questões de gênero, capital, renda e processos organizacionais. Os temas são abordados a partir de categorias de análise relevantes para a compreensão das relações que permeiam a sociedade brasileira, como a cordialidade, o patrimonialismo e a representatividade.

Ainda no volume 1, destaca-se que os temas são tratados de forma a considerar a importância e impactos da democracia ou da fragilidade desta diante da falta de representatividade, possibilidades de participação e tomada de decisão. Sendo considerado nestes aspectos as disputas de classe e reconhecendo-se os impactos diretos para as questões de gênero, raciais, de acessibilidade, mobilidade e exclusão financeira.

As pesquisas apresentadas no volume 2 do e-book estão vinculadas a duas temáticas centrais, o primeiro é sustentabilidade e meio ambiente, com estudos que tratam sobre a relação da temática com a produção do lixo, o consumo, práticas sustentáveis, processos participativos, tomadas de decisão e comunidades tradicionais. Por outro viés, a temática sustentabilidade e meio ambiente é também analisada a partir da responsabilidade social diante das problemáticas apresentadas pelo agronegócio e sistema empresarial e impactos destes para o meio ambiente.

Para finalizar, são apresentados artigos que contribuem para a reflexão sobre a relação entre inovação e sustentabilidade em processos educacionais através do uso de bibliotecas, contações de histórias, alfabetização digital e funções de linguagem.

Com temática contemporânea e imprescindível para as relações estabelecidas nos diferentes aspectos da vida social, espera-se com os artigos apresentados contribuir para o reconhecimento de desafios e estratégias construídas coletivamente, bem como, para novas análises da temática e com diferentes perspectivas teóricas.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

REALIDADE AUMENTADA EM BIBLIOTECAS : DISCUSSÃO DA SUA INCORPORAÇÃO EM BIBLIOTECAS

David Vernon Vieira

DOI 10.22533/at.ed.5632017111

CAPÍTULO 2..... 7

A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA ENTRE A RACIONALIZAÇÃO E O PATRIMONIALISMO

Renato Somberg Pfeffer

DOI 10.22533/at.ed.5632017112

CAPÍTULO 3..... 19

PERFIL DE PREMATURIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DO ESPÍRITO SANTO: CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS DE SAÚDE

Daniel Rocha Ramos

Luara Ramos Rodrigues

Paula Campos Perim

Antônio Chambô Filho

Janine Pereira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.5632017113

CAPÍTULO 4..... 29

ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA NOS DESLOCAMENTOS A PÉ: AFERIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E AUTONOMIA DO PASSEIO PÚBLICO EM QUATRO CIDADES PAULISTAS

Cristiane Kröhling Pinheiro Borges Bernardi

Camila Moreno de Camargo

Maria Karoline Souza Garcia

Ana Paula Sylvestre Roldão

Priscila Kauana Barelli Forcel

DOI 10.22533/at.ed.5632017114

CAPÍTULO 5..... 45

INTERFACE DA COMUNICAÇÃO COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS: UM ESTUDO DOS PROCESSOS DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL

Daiana de Medeiros Brandão

DOI 10.22533/at.ed.5632017115

CAPÍTULO 6..... 59

“CORDIALIDADE DO BRASILEIRO” NO SÉCULO XXI: ACIRRAMENTO DOS DISCURSOS NOS CAMPOS DE PODER POLÍTICO E IDEOLÓGICO- FRAGMENTAÇÕES NEGATIVAS? O ECO...

Ednaldo Emílio Ferraz

DOI 10.22533/at.ed.5632017116

CAPÍTULO 7	67
JORNALISMO E QUESTÃO RACIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE (FALTA DE) REPRESENTATIVIDADE E SEUS DESDOBRAMENTOS	
Aline da Silva Novaes Marcos Vinícius Aragão Furtado	
DOI 10.22533/at.ed.5632017117	
CAPÍTULO 8	77
“FÁTIMA DO PT”: RAREFAÇÃO DO SUJEITO E ANÁLISE DO DISCURSO DA COBERTURA DO BLOG DO BG SOBRE A GOVERNADORA FÁTIMA BEZERRA	
Daniel Dantas Lemos Lucas Oliveira de Medeiros Yasmin Alves Farias Maia de Medeiros Maria Ylanna Pires Bezerra Rayane Fernandes da Silva Victória Zilmara Alves	
DOI 10.22533/at.ed.5632017118	
CAPÍTULO 9	89
CARTOGRAFIA HISTORIOGRÁFICAS DAS FRONTEIRAS NACIONAIS E AS PRÁTICAS GUARANI	
Clovis Antonio Brighenti Rafael Fonseca Gomes Dantas de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.5632017119	
CAPÍTULO 10	103
DIFERENÇAS SALARIAIS E DISCRMINAÇÃO POR GÊNERO E COR NA REGIÃO NORTE DO BRASIL	
Maylisson Rodrigo Fonseca Davi Winder Catelan Matheus Demambre Bacchi Priscila Akimi Hayashi Katy Maia	
DOI 10.22533/at.ed.56320171110	
CAPÍTULO 11	117
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DIRIGIDA À MULHER: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA REALIDADE BRASILEIRA	
Mariana Ferrão Bittencourt Sílvia Moreira Trugilho	
DOI 10.22533/at.ed.56320171111	
CAPÍTULO 12	127
MÃES NO CÁRCERE: UMA ANÁLISE ACERCA DO HABEAS CORPUS 143.641	
Lorena Monteiro Silva Letícia Francielly Farias Ferreira Mayara Toledo da Silva	

DOI 10.22533/at.ed.56320171112

CAPÍTULO 13..... 130

EXCLUSIÓN FINANCIERA, USO DE FUENTES NO FORMALES DE FINANCIAMIENTO E INFORMALIDAD EN LOS COMERCIANTES MAYORISTAS DE COLOMBIA. EL CASO DE CORABASTOS

Carlos Julio Moreno
Sindy Carolina Díaz Perdomo
Cristian Orlando Avila Quiñones

DOI 10.22533/at.ed.56320171113

CAPÍTULO 14..... 147

ILEGALIDADES NA TAXAÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

Silvana Potrich Cescon
João Porto Silvério Junior

DOI 10.22533/at.ed.56320171114

CAPÍTULO 15..... 153

PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO TESTE HOUSE-TREE-PERSON (HTP) NO PROCESSO SELETIVO DE UMA EMPRESA PETROLÍFERA

Letícia Martins Ribeiro Candido
Ana Karolina Sousa Leite
Verilânia Alves da Mata

DOI 10.22533/at.ed.56320171115

CAPÍTULO 16..... 171

COOPERATIVISMO: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E SOCIAIS

Neiva Feuser Capponi
André Fernando Hein
Lígia Fiedler
Marines Luiza Guerra Dotto
Milena Bortoleti Ewerling

DOI 10.22533/at.ed.56320171116

CAPÍTULO 17..... 181

FEIRA DE NOVOS NEGÓCIOS: INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE EM AÇÃO

Márcia Célia Galinski Kumschlies

DOI 10.22533/at.ed.56320171117

CAPÍTULO 18..... 191

PSYCHOLOGICAL SAFETY: DISCUSSIONS ON THE MEANING AND IMPLICATIONS IN ORGANIZATIONAL PRACTICES

Pérola Cavalcante Dourado
Adriana Souza D'Almeida

DOI 10.22533/at.ed.56320171118

CAPÍTULO 19.....	200
A IDEOLOGIA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS Gisele Ferreira Kravicz DOI 10.22533/at.ed.56320171119	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	209
ÍNDICE REMISSIVO.....	210

CAPÍTULO 3

PERFIL DE PREMATURIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DO ESPÍRITO SANTO: CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS DE SAÚDE

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 19/08/2020

Daniel Rocha Ramos

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória
Vitória – ES
<http://lattes.cnpq.br/8628041432375591>

Luara Ramos Rodrigues

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória
Vitória – ES
<http://lattes.cnpq.br/1634074858988962>

Paula Campos Perim

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória
Vitória – ES
<http://lattes.cnpq.br/1012769856498066>

Antônio Chambô Filho

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória
Vitória – ES
<http://lattes.cnpq.br/6334673454814200>

Janine Pereira da Silva

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória
Vitória – ES
<http://lattes.cnpq.br/4805937228801544>
<https://orcid.org/0000-0001-8305-6808>

RESUMO: A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança tem a finalidade de orientar e qualificar as ações e serviços de saúde da criança, considerando os determinantes sociais para efetivação de medidas que permitam o nascimento saudável e o pleno desenvolvimento na infância. Em apoio, a Portaria nº 569, de 1º de junho de 2000, estabelece os princípios e diretrizes para estruturação do Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento, em que consta, dentre outros, que toda gestante tem direito ao acesso a atendimento digno e de qualidade no decorrer da gestação, parto e puerpério. Apesar do respaldo legal, observa-se o descumprimento de tais garantias, o que pode comprometer a saúde materno-infantil. Visando fortalecer discussões que perpassam esta temática, este estudo tem por objetivo analisar o perfil de prematuridade na região Metropolitana do Espírito Santo, ES, Brasil, no período de 2014 a 2018. Trata-se de estudo descritivo, transversal, com dados obtidos a partir da Declaração de Nascido Vivo, em hospitais públicos ou privados, e disponibilizados pela Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo, entre 2014 e 2018. Dos 161.971 partos na Região Metropolitana do ES, 33,8% ocorreram em Vitória, capital do ES, 99,6% em nível hospitalar e 61,4% por via cesariana. A idade média das mães foi 27 anos ($\pm 6,68$ anos), pardas (68,4%), solteiras (48,6%) e com escolaridade entre 8-11 anos (58,3%). Entre os recém-nascidos, a prevalência de prematuridade foi de 10,0%, resultado que pode estar associado ao perfil de maior vulnerabilidade social das mães. Em conclusão, o estudo permitiu traçar o perfil de prematuridade na Região Metropolitana

do ES, contribuindo, por conseguinte, para o planejamento de ações futuras endereçadas à saúde materno-infantil no estado.

PALAVRAS-CHAVE: Recém-Nascido Prematuro, Determinantes Sociais da Saúde, Saúde Materno-Infantil, Política Pública.

PREMATURITY PROFILE IN THE METROPOLITAN REGION OF ESPÍRITO SANTO: CONTRIBUTIONS TO HEALTH POLICIES

ABSTRACT: The National Policy for Comprehensive Child Health Care aims to guide and qualify child health actions and services, considering the social determinants for the implementation of measures that allows a healthy birth and full development in childhood. In support, Ordinance No. 569, dated June 1, 2000, establishes the principles and guidelines for structuring the Humanization Program in Prenatal and Birth, stating, among others, that every pregnant woman has the right to access a dignified and quality care during pregnancy, childbirth and the puerperium. Despite the legal support, there is a breach of such guarantees, which can compromise maternal and child health. Aiming to strengthen discussions that pervade this theme, this study aims to analyze the prematurity profile in the Metropolitan Region of Espírito Santo, ES, Brazil, from 2014 to 2018. This is a descriptive, cross-sectional study, with data obtained from of the Declaration of Live Birth, in public or private hospitals, and made available by the State Department of Health of Espírito Santo, between 2014 and 2018. Of the 161971 deliveries in the Metropolitan Region of ES, 33.8% occurred in Vitória, capital of ES, 99.6% at hospital level and 61.4% by cesarean section. The mothers mean age was 27 years old (\pm 6.68 years old), mixed race (68.4%), single (48.6%) and with schooling between 8-11 years (58.3%). Among newborns, the prematurity prevalence was 10.0%, a result that may be associated with the profile of greater social vulnerability of mothers. In conclusion, the study made it possible to trace the prematurity profile in the Metropolitan Region of ES, thus contributing to the planning of future actions addressed to maternal and child health in the state.

KEYWORDS: Infant, Premature, Social Determinants of Health, Maternal and Child Health, Public Policy.

1 | INTRODUÇÃO

O sistema de saúde do Brasil sofreu constantes mudanças ao longo dos séculos e, em reconhecimento à relevância do processo de nascimento, o Ministério da Saúde vem assumindo como um de seus compromissos a promoção da maternidade segura, promovendo a expansão da atenção pré-natal com vistas à humanização do cuidado. No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), até o ano 2000, não havia um modelo que normatizasse a assistência às gestantes no Brasil (CRUZ et al., 2014).

O Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 569, de 1º de junho de 2000, instituiu o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN) que estabelece que toda gestante tem direito ao acesso a atendimento digno e de qualidade no decorrer da gestação, parto e puerpério, ao acompanhamento pré-natal adequado e à assistência ao parto e ao

puerpério de forma humanizada e segura de acordo com os princípios gerais e condições estabelecidas nesta Portaria (BRASIL, 2000). O PHPN estabeleceu a adequação do pré-natal, elencou ações de educação em saúde e trouxe a discussão das práticas em saúde e suas bases conceituais, em conformidade com modelos adotados no mundo (CRUZ et al., 2014).

Observou-se, entretanto, que apesar de quase a totalidade das gestantes brasileiras realizar pelo menos alguma consulta de pré-natal, a proporção que realizou seis ou mais consultas foi de 73,0% em 2012, sendo este percentual ainda menor em mulheres de nível econômico mais baixo, nas mais jovens e naquelas menos escolarizadas. Ainda, o início precoce do acompanhamento pré-natal atinge apenas três quartos das mulheres, sendo menor para as mais jovens, negras e das regiões Norte e Nordeste, apontando de forma consistente as desigualdades socioeconômicas na atenção pré-natal (TOMASI et al., 2017).

Foi então que se fez necessário, em sequência ao aperfeiçoamento desta temática, a instituição, a partir da Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015, da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), estruturada em eixos estratégicos com a finalidade de orientar e qualificar as ações e serviços de saúde da criança, considerando os determinantes sociais e condicionantes para garantir o direito à vida e à saúde, visando à efetivação de medidas que permitam o nascimento e o pleno desenvolvimento infantil, além da redução das vulnerabilidades e riscos para o adoecimento e outros agravos, a prevenção das doenças crônicas na vida adulta e da morte prematura de crianças (BRASIL, 2015).

O primeiro eixo estratégico do PNAISC enfatiza o direito a atenção humanizada e qualificada à gestação, ao parto, ao nascimento e ao recém-nascido, consistindo na melhoria do acesso, cobertura, qualidade e humanização da atenção obstétrica e neonatal, integrando as ações do pré-natal e acompanhamento da criança na atenção básica com aquelas desenvolvidas nas maternidades, conformando-se uma rede articulada de atenção (BRASIL, 2015).

A relevância deste eixo justifica-se pela evidência de que a assistência pré-natal adequada possibilita a identificação e o manejo precoce de condições clínicas, socioeconômicas e de fatores de risco comportamentais na gestação, oportunizando a prevenção de resultados perinatais desfavoráveis como a redução da morbimortalidade, do risco de prematuridade e de restrição de crescimento intrauterino (ARAÚJO et al., 2014; TOMASI et al., 2017). Outrossim, a associação entre baixa escolaridade materna, pré-natal inadequado, parto cesáreo, alterações do líquido amniótico e pré-eclâmpsia com a prematuridade e/ou o baixo peso ao nascer tem sido descrita na literatura (GONZAGA et al., 2016).

Apesar de a prematuridade ser apontada entre as principais causas de morte neonatal (TEIXEIRA et al, 2019), a mortalidade infantil é multideterminada. Tem uma relação direta com a qualidade da assistência prestada à gestante e à criança, além de

fatores sociodemográficos como baixa escolaridade, pobreza, gravidez na adolescência, entre outros, que poderão influenciar indiretamente na mortalidade infantil. A atenção ao parto e ao nascimento em serviço qualificado, com profissionais capacitados, é outra ação que impacta na redução da mortalidade infantil (ESPÍRITO SANTO, 2017).

No Espírito Santo (ES) foi observado aumento na taxa de mortalidade infantil entre 2013 e 2016 (10,89 em 2013 para 11,70 em 2016). Além disso, 69,4% das mortes de crianças menores de um ano de idade acontecem no período neonatal, sendo a maioria na primeira semana de vida. Desta forma, um número expressivo de mortes que poderiam ser evitadas por ações dos serviços de saúde como a atenção pré-natal, ao parto, ao nascimento e ao recém-nascido, faz parte da realidade social e sanitária de nosso estado (ESPÍRITO SANTO, 2017).

A maneira mais adequada de se reduzir a taxa de mortalidade e os problemas e sequelas relacionados com a prematuridade é pela diminuição dos nascimentos prematuros (GONZAGA et al., 2016). Neste contexto, conhecer como as populações com diferentes características sociodemográficas são afetadas por distintos problemas de saúde faz-se essencial à efetivação das políticas públicas de atenção à saúde materno-infantil. Assim, visando fortalecer discussões que perpassam esta temática, este estudo tem por objetivo analisar o perfil de prematuridade na região Metropolitana do Espírito Santo, ES, Brasil, no período de 2014 a 2018.

Este estudo é parte do projeto integrado “Desfecho fetal: uma análise da via de parto e do número de consultas do pré-natal”, e trata-se de texto revisado e atualizado, que originalmente foi publicado nos Anais do 4º Seminário Internacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família: Marcas Inflexões (in)esperadas e resistências possíveis.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Percurso Metodológico

Trata-se de estudo descritivo, transversal, com base na coleta de dados disponibilizados pela Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA), ES, Brasil, obtidos a partir do registro da Declaração de Nascido Vivo (DN), de notificação obrigatória à SESA, referente a todos os nascidos vivos da região de saúde Metropolitana do ES, incluindo hospitais públicos e primados, no período de 2014 a 2018.

Obtidos dados sociodemográficos das mães como município de moradia, idade (em anos), raça/cor autorreferida (branca, preta, amarela, parda, indígena), situação conjugal (solteiras, casadas, em união estável, divorciadas, viúvas e outras) e escolaridade (1-3 anos, 4-7 anos, 8-11 anos, 12 ou mais); dados da gestação e parto – local de ocorrência do parto (hospitalar ou outros), tipo de parto (vaginal, cesáreo, ignorado) e dos recém-nascidos – sexo (masculino e feminino) e idade gestacional (calculada através do exame clínico, pela data da última menstruação (DUM) ou pelo número de semanas de gestação

se DUM ignorada, considerando-se prematuridade idade gestacional (IG) < 37 semanas (ALMEIDA, 2016).

Os dados foram organizados no *software* Microsoft® Office Excel 2010 e a estatística descritiva realizada no *software* SPSS para Windows (Chicago, EUA, versão 25, série 10101141221). Estudo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (parecer n. 3.075.080).

2.2 Resultado e Discussão à luz das Políticas Públicas

O Espírito Santo (ES), possui população total estimada de 3.972.388 em 2018 – com densidade demográfica de 76,25 habitantes/km² e taxa de urbanização de 83,5%. Conforme aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde do Espírito Santo – CES/ES, em 29 de setembro de 2016 – pela Resolução N° 969/2016, foi constituído o Plano Estadual de Saúde (PES), instrumento de planejamento para o período de 2016 a 2019, a fim de orientar a implementação das iniciativas de gestão no SUS, e refletir, a partir da análise situacional, as necessidades de saúde da população e a capacidade assistencial para o seu atendimento, através da constituição de redes, regionalmente articuladas, considerando-se as disparidades econômicas, sociais e culturais de cada ente federado e regiões de saúde (ESPÍRITO SANTO, 2016).

Um dos princípios organizativos do SUS visa a descentralização político-administrativa, conforme Lei 8.080/1990, com o intuito de consolidar um sistema de saúde de acesso universal, equânime, de assistência integral, com uma rede de serviços hierarquizada, com participação social e gestão eficiente dos recursos (BRASIL, 1990). O PES utiliza como referência o Plano Diretor de Regionalização (PDR) vigente, de 2011, que recompôs a geopolítica de saúde do ES respeitando esses princípios e dividiu o estado em quatro regiões de saúde: Norte, Metropolitana, Sul e Central (ESPÍRITO SANTO, 2016).

A região de saúde Metropolitana do ES é composta por 20 municípios e possui número estimado de habitantes de 2.219.349, em 2018, representando 55,9% da população do estado, confirmando, desta forma, a concentração populacional neste território (DATASUS, 2019).

Entre 2014 e 2018, ocorreram 161.971 nascimentos na região de saúde Metropolitana do ES, perfazendo 58,2% dos nascimentos no estado. Os municípios de Vitória (33,8%), Serra (21,3%), Vila Velha (20,1%), Cariacica (11,2%) e Guarapari (3,9%) concentraram o maior número de nascimentos da região. Observou-se, ainda, que 419 mães são residentes de outros estados, sendo 39,1% de Minas Gerais, 36,9% da Bahia, 14,3% do Rio de Janeiro, 3,3% de São Paulo e 6,4% de outros estados. Estes dados podem ser justificados pela posição geográfica do ES que faz fronteira com Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, mas podem resultar da migração da população para o ES por questões relativas ao trabalho e moradia, além do acesso à assistência médica, impactando, desta forma, na operacionalização dos serviços organizados para a saúde perinatal no estado (DOTA et al., 2017).

Os nascimentos ocorreram quase que na totalidade em nível hospitalar (99,6%), com pequena proporção em domicílio (0,2%). A via de parto predominante foi a cesariana (61,4%) e este achado está em consonância com a literatura (LEAL et al., 2018). No Brasil, esta taxa é de 56,0%, com ampla variação entre serviços públicos (40,0%) e privados (85,0%) de saúde (BRASIL, 2000; BRASIL, 2016a), sinalizando, assim, uma epidemia de cesarianas no País.

Como estabelecida no Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN), a assistência adequada ao parto deve ser assegurada a toda gestante, o que inclui a realização do parto pela via mais apropriada, tendo em vista a saúde da mãe e do bebê. A via de parto cesariana é considerada uma evolução na medicina que levou a diminuição da mortalidade materna, perinatal ou neonatal, quando bem indicada. Contudo, dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) sugerem que taxas populacionais de operação cesariana superiores a 10,0% não contribuem para redução desta mortalidade.

Kottwitz, Golveia e Gonçalves (2018) evidenciam que é imprescindível reduzir intervenções obstétricas desnecessárias para evitar riscos maiores à puerpera e ao recém-nascido, com relação à via de parto a qual foi submetida. O que é considerado prioritário também no PHPN que visa o parto de modo natural, não expondo a gestante a excesso de terapia medicamentosa e procedimentos cirúrgicos sem que haja real necessidade, ou seja, a gestante deve ser protagonista na consciência do parto ideal para o seu caso (BRASIL, 2000).

Há evidência, ainda, de que a realização desnecessária de cesariana pode cursar com aumento da morbimortalidade materna e perinatal, aumento da prematuridade e baixo peso ao nascer, além de interferência negativa no aleitamento materno e no vínculo mãe-filho (LEAL, 2016). Começando pelo risco inerente de qualquer procedimento cirúrgico de médio porte, com hemorragia, infecções hospitalares e anestesia, tanto para o recém-nascido quanto para a mãe, e focando no neonato que apresenta mais chance de problemas respiratórios, icterícia fisiológica, prematuridade iatrogênica, mortalidade neonatal, entre outros (VICENTE, 2017).

Neste estudo, a média de idade das mães foi de 27 anos ($\pm 6,68$ anos). Santos et al. (2018) evidenciaram que a cada cinco mulheres brasileiras, uma tem o primeiro filho na adolescência, ou seja, antes dos 20 anos de idade, e esta proporção tem se mantido constante nos últimos dez anos. Para os autores, a gravidez na adolescência pode estar relacionada à maior ocorrência de prematuridade, predispondo o recém-nascido a infecções ou problemas como hipoglicemia, hipóxia e atraso no desenvolvimento neuropsicomotor futuro, representando, portanto, um desafio para as políticas públicas, em especial, por acarretar problemas psicossociais e econômicos.

Ainda, 38,5% das mães eram primigestas e as demais possuíam antecedentes gestacionais. Identificou-se multiparidade de até 22 gestações anteriores, mas este histórico não se refere apenas aos nascidos vivos, pois estão inclusos os abortamentos e

natimortos. Tanto primíparas como múltiparas podem se encontrar em situação de risco para prematuridade, não discriminada pela paridade ou pelo antecedente de parto prematuro anterior. Deve-se, contudo, ressaltar que história de parto prematuro anterior representa o melhor preditor clínico isolado do parto prematuro entre múltiparas, com recorrência em torno de 16,0% (PORTO et al., 2013).

Entre as mães, 68,4% eram pardas, 24,4% brancas, 4,6% pretas, 0,2% amarelas, 0,1% indígenas e o restante dos dados foi ignorado ou omissos no sistema. As condições sociodemográficas são determinantes para o acesso aos serviços preventivos de saúde. No entanto, para as mulheres negras, a situação é sempre desfavorável, mesmo quando se equiparam às mulheres brancas quanto às melhores rendas, níveis de instrução e ocupação no mercado de trabalho (GOES et al., 2013). Ainda, as formas como as relações raciais estão conformadas no Brasil tornam a população negra mais vulnerável e tendem a dificultar seu acesso aos serviços de saúde (THEOPHILO et al., 2018).

A escolaridade materna, em anos de estudo, distribuiu-se da seguinte forma: nenhuma escolaridade (0,2%), 1-3 anos (1,3%), 4-7 anos (17,7%), 8-11 anos (58,3%) e 12 anos ou mais (21,9%), o restante ignorado ou omissos no sistema. Goes et al. (2013) demonstraram que mulheres com nível de instrução mais elevado têm melhor acesso aos serviços preventivos de saúde, numa relação direta. E que níveis de instrução e renda são aspectos socioeconômicos determinantes das condições de vida de uma população. Cabe salientar que a escolaridade está diretamente relacionada ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e, considerando o rendimento nominal mensal domiciliar per capita do ES, o estado ocupa o 7º lugar no *ranking* do IDH (IBGE, 2010), o que pode justificar o predomínio de mães com maior escolaridade nesta amostra.

Em relação ao estado civil, 48,6% das mães eram solteiras, 41,7% casadas, 6,4% em união estável, 2,2% divorciadas, 0,3% viúvas e o restante casos omissos no sistema ou ignorado. Estudo realizado por Teixeira et al. (2018) evidência a importância da paternidade em todo o ciclo gravídico puerperal, visando aos benefícios que a participação do homem traz quando se mostra afetivo, aumentando a segurança da mulher e o vínculo familiar consistente.

Entre os recém-nascidos, houve predomínio do sexo masculino (51,3%) e a prevalência de prematuridade foi de 10,0%, resultado que pode estar associado ao perfil de maior vulnerabilidade social das mães. Segundo a OMS, a cada ano nascem cerca de 15 milhões de prematuros em todo o mundo e o Brasil ocupa o 10º lugar no *ranking* mundial de prematuridade, com mais de 10,0% dos nascimentos prematuros, dado que impacta social e economicamente no país (BALBI; CARVALHAES; PARADA, 2016). Outro estudo corrobora este achado, indicando taxa de prematuridade no Brasil de 9,4%, significativamente maior entre as regiões Norte e Nordeste do país (SANTOS, 2018).

A ausência de testes de associação entre características sociodemográficas das mães e prematuridade neste estudo limita potenciais inferências, contudo, ao traçar o

perfil de prematuridade na região Metropolitana do ES, o estudo poderá contribuir para o planejamento de ações futuras endereçadas à saúde materno-infantil no estado.

3 | CONCLUSÃO

Neste estudo, mais de 90,0% dos nascimentos ocorreram nos municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória, o que reforça a tendência de nascimentos em centros urbanos, apesar dos esforços já empregados na descentralização política, econômica e de atenção à saúde. Houve predomínio de partos por via cesariana, sinalizando que o ES acompanha esta tendência nacional de elevadas taxas de cesárea, com repercussões sociais e econômicas importantes para os serviços de saúde. A maioria das mães tinha idade entre 20-24 anos, eram pardas, solteiras e com escolaridade entre 8-11 anos, perfil de vulnerabilidade que pode justificar a elevada taxa de prematuridade observada.

A prematuridade vem aumentando progressivamente, mostrando-se ainda um desafio para a saúde pública. Almeja-se que esses dados possam inspirar a realização de mais estudos analíticos e comparativos que endossarão esse diagnóstico de saúde materno-infantil, incentivando mudanças necessárias no setor e melhoria nos indicadores de saúde, em especial, a queda da mortalidade infantil no estado do ES.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.F.B., GUINSBURG, R. **Reanimação do recém-nascido \geq 34 semanas em sala de parto: Diretrizes 2016 da Sociedade Brasileira de Pediatria**. Sociedade Brasileira de Pediatria, São Paulo, 2016.

ARAUJO, F.G. et al. **Prenatal care in the perception of mothers of premature hospitalized in neonatal unit**. Rev enferm UFPE on line, Recife, v.8, n.1, p. 2667-75, ago. 2014.

BALBI, B.; CARVALHAES, M. A. B. L.; PARADA, C. M. G. L. **Tendência temporal do nascimento pré-termo e de seus determinantes em uma década**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 233-241. 2016.

BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. *Diário Oficial da União*. 1990.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.130, de 5 de agosto de 2015. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016a. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html. Acesso em: 21 mai. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 306, de 28 de março de 2016. **Diretrizes de Atenção à Gestante: a operação cesariana**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016a. Disponível em: <http://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/marco/31/MINUTA-de-Portaria-SAS-Cesariana-03-03-2016.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 569, de 1º de junho de 2000. **Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jun. 2000. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0569_01_06_2000_rep.html. Acesso em: 25 julho 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Sistema de informação sobre mortalidade. População residente. 2019**. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/populacao-residente/>. Acesso em: 25 julho 2019.

CRUZ, R.S.B.L.C; CAMINHA, M.F.C; BATISTA FILHO, M. **Aspectos Históricos, Conceituais e Organizativos do Pré-natal**. R bras ci Saúde, v. 18, n. 1, p. 87-94. 2014.

DOTA, E.M.; COELHO, A.L.N.; CAMARGO, D.M. **Atlas da migração no Espírito Santo**. UFES, Proex, Vitória, 2017.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Saúde do Espírito Santo (SESA). **Plano Estadual de Saúde. Diversidade étnico-racial do Espírito Santo**. Vitória. 2016. Disponível em: https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Planejamento/PES%20-%20PLANO%20ESTADUAL%20DE%20SAUDE_2016-2019.pdf. Acesso em: 01 Out. 2019.

_____. Secretaria de Estado de Saúde do Espírito Santo (SESA). **Atenção à saúde da criança**. Vitória, 2017. Disponível em: <https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Protocolo/ATEN%C3%87%C3%83O%20SAUDE%20DA%20CRIAN%C3%87A%202017.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2019.

GOES, E. F.; NASCIMENTO, E.R. **Mulheres negras e brancas e os níveis de acesso aos serviços preventivos de saúde: uma análise sobre as desigualdades**. Saúde em Debate. Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 571-579. 2013.

GONZAGA, I.C.A. et al. **Atenção pré-natal e fatores de risco associados à prematuridade e baixo peso ao nascer em capital do nordeste brasileiro**. Ciência & Saúde Coletiva, 21(6):1965-1974. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/panorama>. Acesso em: 21 julho 2019.

KOTTWITZ, F.; GOUVEIA, H. G.; GONÇALVES, A. C. **Via de parto preferida por puérperas e suas motivações**. Esc Anna Nery. 2018.

LEAL, M. C. et al. **Prevalence and risk factors related to preterm birth in Brazil**. Reproductive Health, v. 13 (Suppl 3), n. 127, p. 163-174. 2016.

_____. **Saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil nos 30 anos do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1915-1928. 2018.

PORTO, A.M.F. et al. **Características maternas em gestações com risco de prematuridade tardia**. Rev. Bras. Saúde Matern. Infant., Recife, 13 (2): 161-166. 2013.

SANTOS, L.A.V. et al. **História gestacional e características da assistência pré-natal de puérperas adolescentes e adultas**. Ciência & Saúde Coletiva, 23(2):617-625. 2018.

TEIXEIRA, J.A.M. et al. **Mortalidade no primeiro dia de vida: tendências, causas de óbito e evitabilidade em oito Unidades da Federação brasileira, entre 2010 e 2015.** Epidemiol. Serv. Saude, Brasília, 28(1):e2018132, 2019.

TEIXEIRA, G.A. et al. **Perfil de mães e o desfecho do nascimento prematuro ou a termo.** Cogitare Enferm. (23)1: e51409. 2018.

THEOPHILO, R.L.; RATTNER, D.; PEREIRA, E.L. **Vulnerabilidade de mulheres negras na atenção ao pré-natal e ao parto no SUS: análise da pesquisa da Ouvidoria Ativa.** Ciência & Saúde Coletiva, 23(11):3505-3516. 2018.

TOMASI, E. et al. **Qualidade da atenção pré-natal na rede básica de saúde do Brasil: indicadores e desigualdades sociais.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3. 2017.

VICENTE, A. C.; LIMA, A. K. B.; LIMA, C. B.. **Parto cesáreo e parto normal: uma abordagem acerca de riscos e benefícios.** Revista Temas em Saúde, João Pessoa, v.17, n.4, p.24-35, 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 29, 31, 33, 34, 35, 36, 40, 42, 43

Agronegócio 89, 98, 101, 147, 152

Análise do Discurso 77, 78, 79

Antipetismo 77, 85, 86

Áreas Centrais 29, 30, 33, 35, 43

Assessoria de Imprensa 45, 54, 56, 57, 83, 84

B

Bibliotecas 1, 2, 3, 4, 5

Blogs 77, 79

C

Caminhabilidade 29

Capitalismo 10, 120, 125, 126

Cárcere Feminino 127

Cartografia 89, 94, 99

Comunicação Pública 45, 47, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58

Constituição 8, 9, 12, 13, 16, 17, 23, 54, 56, 62, 122, 123, 124, 125, 148, 149, 151, 152, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 180, 200, 205, 206

Cooperado 171, 175, 179

Cordialidade 59, 61, 63

Criatividade 181, 182, 183, 186, 189

D

Diferenças Salariais 103, 105, 107, 113, 116

Discriminação 68, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 124, 159

Discurso Jornalístico 77

Dispositivos Móveis 1, 2, 4

E

Empreendedorismo 181, 182, 183, 184, 189, 190

Estados Nacionais 89, 92, 99, 102

Exclusión Financiera 130, 131, 133, 134, 144, 146

Experiência do Usuário 1

Exportação 71, 98, 147, 148, 149, 150, 151, 152

F

Fragmentação 59, 62, 63, 98

Fronteira 23, 89, 92, 94, 125

Fuentes no Formales de Financiamiento 130, 131, 134

G

Gestão Pública 18, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 209

Guarani 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102

H

Habeas corpus 127, 128, 129

I

Informalidad 130, 131, 134, 135, 144, 145

Inovação 5, 89, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190

Interatividade 1

J

Jornalismo 56, 58, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 87

Jornal Nacional 67, 68, 69, 73, 74

M

Mercado de Trabalho 25, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 115, 116, 118, 122, 123, 126

Mídia e Política 45, 46

Minorias 59, 63, 65, 68, 75

Mobilidade 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 43, 44, 89, 91, 93, 94, 102

Modelo Probit 130, 139

Modernização 7, 8, 9, 10, 11, 13, 61

N

Novos Negócios 181, 182, 183, 186, 187, 188

P

Patrimonialismo 7, 8, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 61

Poder 11, 12, 13, 14, 15, 31, 35, 48, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 75, 79, 86, 106, 117, 118, 119, 122, 123, 125, 126, 127, 148, 152, 172, 203

Políticas Públicas 7, 18, 22, 23, 24, 29, 30, 31, 35, 46, 47, 49, 51, 103, 109, 115, 117, 118, 119, 125, 126, 209

Previdência Social 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18

Princípios do Cooperativismo 171, 172, 174, 178

Prisão Domiciliar 127, 128

Psychological Safety 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199

R

Racionamento de Crédito 130, 131, 132, 144

Racismo Estrutural 67, 69, 70, 73, 74, 75

Rarefação do Sujeito 77, 84, 87

Realidade Aumentada 1, 2, 3, 4, 5, 6

Redes Sociais 47, 48, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 73, 82

Relações Interpessoais 53, 117, 119

Representatividade 67, 68, 69, 70, 73, 74, 106, 111

S

Sistema Único de Saúde 20, 27, 56

Socio-Emotional Learning 191

T

Tecnologia da Informação 1

Território 23, 29, 31, 32, 43, 62, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 99, 102, 104

Tributação 147, 151

V

Violência 64, 70, 88, 102, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 170

Voice 191, 192, 196, 197, 198, 199

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 